

Segurança Multidimensional e Internacionalismo Virtual

Interrogações Éticas em Tempo de Pós-Positivismo*

José Manuel Pureza

Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

* Intervenção proferida no âmbito da Conferência “Segurança para o século XXI”, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Novembro de 2000.

A angústia provocada pela experiência de desarmamento moral é uma das marcas difusas do nosso tempo. A modernidade legou-nos uma construção miniaturizada do comportamento moral, confinada ao indivíduo e à estrita lógica da reciprocidade, que exige como pressuposto da atitude moral um matemático equilíbrio entre direitos e deveres. Esta micro-ética liberal dá-nos critérios para ações menores mas deixa-nos uma amarga sensação de vazio diante dos problemas maiores, sobretudo dos decorrentes dos inúmeros campos de intervenção abertos pelos desenvolvimentos da ciência e da tecnologia (Sousa Santos, 2000: 104). O universo de referência da segurança é porventura onde esta denúncia atinge o seu zénite. A experiência da insegurança é hoje mais avassaladora do que nunca. As suas expressões são diferentes no Norte e no Sul. Ali, é a expressão da vulnerabilidade de cada um diante dos riscos crescentes do admirável mundo novo da tecnologia e da ciência, que a literatura sobre a “sociedade do risco”, capitaneada por Ulrich Beck vem retratando. No Sul, insegurança é sinónimo de fragilidade de grandes massas humanas, destituídas de qualquer horizonte de futuro pela oscilação das taxas de juros das suas dívidas externas, atiradas para a falência pela experimentação de novas políticas de ajustamento estrutural ou geracionalmente dizimadas por epidemias incontrolladas ou por conflitos de interminável desgaste.

Neste artigo procurarei analisar, numa perspectiva de Relações Internacionais, alguns caminhos desta perplexidade. Em primeiro lugar, darei conta da formação de um discurso alternativo, pós-realista e pós-positivista, que propõe um novo estatuto para o discurso normativo sobre as relações internacionais adequado às transformações profundas ocorridas no mundo pós-Guerra Fria. Neste novo discurso, os referentes da segurança mudam e conduzem a um padrão de exigência mais completo do que o do discurso tradicional. Chamar-lhe-ei, por isso, o discurso da segurança multidimensional. Todavia, os desenvolvimentos tecnológicos que ajudaram a legitimar este discurso da segurança profunda são, eles próprios, veículos de uma ética de superfície, marcada pelos imperativos da instantaneidade, da visibilidade e da comoção. Tentarei dar conta deste confronto na segunda parte da minha intervenção.

1. A HERANÇA DA SEGURANÇA BLINDADA

De acordo com dados do Departamento de Investigação para a Paz da Universidade de Uppsala, de 1989 a 1996, registaram-se 101 conflitos no mundo, dos quais apenas seis foram entre Estados (Índia-Paquistão, Etiópia-Somália). Estes conflitos afectaram 71 Estados, sendo na sua maioria classificados como de baixa intensidade (Fisas, 1998: 48). Este fim de século parece, pois, ter-nos conduzido de um cenário de insegurança controlada para outro de desordem generalizada (*ibidem*: 40), feita de guerras moleculares ou de baixa intensidade, protagonizadas por novos actores (não já obrigatoriamente forças armadas institucionais, crescentemente substituídas por forças paramilitares e por novas formas de mercenariado de contratação privada) que fazem uso de novos métodos (pilhagem, rapina, sequestro) no quadro de uma nova estratégia (limpeza étnica, extermínio, genocídio), recorrendo a armamento ligeiro (minas anti-pessoal, artilharia individual), com novos alvos (a população civil, não apenas como vítima (17% na Primeira Guerra Mundial e actualmente em níveis próximos dos 90%) mas sobretudo como objecto de aterrorização) e em vista de novos objectivos: não já ganhar mas exterminar o inimigo e debilitar estruturalmente as suas gerações vindouras. A segurança e a guerra ocuparam sempre uma posição no epicentro da formação e da auto-delimitação da disciplina das Relações Internacionais. Seja o *big bang* deste campo de conhecimento colocado na Guerra do Peloponeso, na Guerra dos Trinta Anos ou na Primeira Guerra Mundial, sempre se dirá que nenhuma outra experiência teve a mesma importância na fundamentação metafísica das Relações Internacionais (Terriff, 1999: 12) do que a do binómio segurança / insegurança.

Pois bem, ante a amplitude e alcance das mudanças enunciadas, entendo que esse papel fundador da segurança abre hoje inevitavelmente o debate sobre a refundação desta disciplina. Essa refundação assenta na crítica da matriz realista em que ela tem repousado e impõe uma nova visão da segurança e, com isso, um novo discurso disciplinar, menos canonizador e assumidamente mais normativo.

A característica dominante do senso comum realista (na sua vertente clássica como na sua variante neo-realista) é a de que, sendo certo que os Estados não estão em conflito permanente, a natureza da política internacional é inevitavelmente conflitual. Desprovido de instâncias de poder superior aos Estados, o sistema internacional condena-os a interagirem

num contexto anárquico. E aí, a intensidade da ameaça sentida por cada Estado é função da capacidade de impor a sua vontade aos outros ou da sua capacidade de resistir a idêntica imposição dos outros. Por outras palavras, segurança significa acima de tudo capacidade de cada Estado proteger as suas fronteiras territoriais e a sua discricionariedade soberana seja em termos internos seja em termos externos. Na análise de Barry Buzan (1991: 65), as ameaças ao Estado situam-se em três planos: o da ideia do Estado (nacionalismo), o da base física do Estado (população e recursos naturais) e o da sua organização institucional (sistema político). Em síntese grosseira, para os realistas e neo-realistas a segurança é a segurança do Estado e aquilo contra que cada Estado precisa de se segurar é a ameaça ou o uso de poder militar ou de outros instrumentos de coerção pelos outros Estados (Terriff, 1999: 175; Krause e Williams, 1997:39)

Esta construção da segurança é imagem de marca do credo realista. Ela evidencia-se nos seus dois traços marcantes: segurança estatocêntrica e estratégica.

Estatocentrismo absoluto, em primeiro lugar. O sistema interestatal, “em que cada um deles [Estados] vigia os outros a fim de assegurar a sua segurança estatal”, como escrevia Aron, é refém de um estrutural “ni législateur, ni juge, ni gendarme”. Está, por isso, num estado de natureza eterno em que cada Estado zela acima de tudo pela sua segurança e sobrevivência recorrendo a todos os meios incluindo a força.

Segurança como estratégia, em segundo lugar. A política internacional é, por excelência, um campo de *power politics*, como consequência desse agressivo individualismo estatal. E o primado absoluto do “interesse nacional definido em termos de poder” afasta qualquer veleidade de um sistema de normas reguladoras. Para o realismo, toda a regulação é auto-regulação.

2. O REPÚDIO DO TESTAMENTO

A crítica do senso comum realista está sobrejamente feita (Keohane, 1986; Booth, 1995; Smith, 1996). O realismo é uma expressão específica do positivismo científico, vocacionado como ele para expurgar todos os elementos metafísicos e valorativos do trabalho de leitura científica da realidade internacional. Como produto do positivismo, a matriz cultural

realista da ciência das Relações Internacionais contrapõe factos a valores e atribui absoluta prioridade epistemológica aos primeiros sobre os segundos. A essa autonomização e diferenciação epistemológica entre o discurso dos factos e os discursos normativos chama Melvin Frost o *viés para uma explanação objectiva* (1996: 12). A observação e sistematização das regularidades da realidade empírica é a única tarefa de cariz verdadeiramente científico. Para o positivismo realista, por isso, a regularidade empírica vem a adquirir o estatuto de regularidade normativa — o que é torna-se no que deve ser.

Esta caracterização tem sido sujeita a três tipos de críticas (Pureza, 1999:367).

Em primeiro lugar, o arcaísmo deste quadro teórico. O realismo faz uma leitura absolutamente linear do mundo, afastando toda a complexidade e heterogeneidade da realidade. Para o realismo, a realidade esgota-se numa relação de poder e de suspeição, sendo ambos superficialmente assumidos e sofrivelmente fundamentados.

Em segundo lugar, a sua obsessão retrospectiva. O futuro é uma categoria ausente da agenda positivista, apostada apenas em aprender com o passado e beber nele as pretensas leis de regularidade da História. Essa fixação passadista é uma técnica ao serviço da objectivação da realidade e da sua diferenciação relativamente à subjectividade do cientista social. Em terceiro lugar, o pendor conservador do realismo. A negação de qualquer valor científico aos discursos ético-normativos sobre a realidade internacional é afinal uma opção metodológica deliberadamente operada por um olhar que “aceita o mundo tal como ele está e [que] toma as relações sociais e de poder dominantes e as instituições em que estas são organizadas como quadro pré-determinado” (Cox, 1981:128).

A alternativa ao tradicionalismo positivista em Relações Internacionais passa prioritariamente por duas transformações essenciais. A primeira é de carácter metodológico e consiste na assumpção das consequências de que não há realidades objectivas exteriores ao trabalho de interpretação, pelo que todo o nosso conhecimento do mundo é socialmente construído. A fixação do conteúdo da agenda de investigação em Relações Internacionais é, portanto, ela própria, uma tarefa carregada de significado e de opções (éticas, desde logo) indisfarçáveis. A segunda transformação é de carácter substantivo e traduz-se numa reconstrução do conceito de segurança que está no âmago do trabalho de Relações Internacionais. A herança empobrecedora do realismo, que confina a segurança à preserva-

ção político-militar do Estado, tem que ser compreendida como um produto anglo-americano, estatocêntrico e etnocêntrico, masculinista e militarista (Booth, 1996: 335). Importa opor-lhe um conceito sem referentes privilegiados (Terriff, 1999: 182), que nos transporte do exclusivismo inter-estatal para a simultaneidade dos indivíduos, dos grupos, dos povos e da comunidade humana global como sujeitos da segurança e importa igualmente trabalhar normativamente sobre um conceito aberto de segurança, capaz de integrar os “novos cismas” (Klare, 1996) socio-econômicos, ambientais, demográficos e culturais.

3. E, NO ENTANTO...

Esta mudança é um fim que supõe uma renovação equivalente dos meios. Um conceito multidimensional de segurança, em que o individual e o global têm o mesmo grau de prioridade, é também um conceito difuso e isso reforça a exigência de uma resposta clara para a pergunta: sobre que fundamentos morais vamos construir este discurso da segurança multidimensional? Michael Ignatieff, ao pôr-se esta questão (1999: 4), observa que o fundamento de uma obrigação moral “para lá da nossa tribo, da nossa nação, família ou rede de proximidade” se confronta hoje, ao contrário do que sucedia no século XIX ou durante a guerra fria, com a ausência de uma narrativa de rivalidade imperial ou de luta ideológica “que motive as zonas de segurança a assumir que as zonas de risco são responsabilidade sua”. E conclui: “o que resta é uma narrativa da compaixão (...) inconstante e ambígua”.

Que consistência tem esta narrativa como fundo ético de uma praxis pós-positivista da segurança? Em meu entender, é possível chegar por duas vias à consciência de que a ética da segurança multidimensional é refém das suas mediações tecnológicas e isso torna-a fragilmente retórica e atravessada por uma grande ambivalência.

a) Uma ética virtual: a centralidade da mediação televisiva

A primeira fonte de ambivalência é a centralidade da mediação televisiva da nova ética global. O “internacionalismo eletrônico que liga as consciências dos ricos às necessidades dos pobres” (*ibidem*: 10) é profundamente contraditório: por um lado, contribui para o derrube das barreiras

nacionais, étnicas, religiosas ou geográficas, imprimindo a cada um um sentido de responsabilidade para com todos indistintamente; mas, por outro lado, gera compromissos ténues, tornando-nos “voyeurs do sofrimento de outros, turistas no meio das suas paisagens de angústia”. O internacionalismo visual das décadas de 80 e seguintes operou um corte com a genealogia universalista do pensamento ocidental (da fraternidade universal anunciada por Jesus Cristo, passando pelo direito comum medieval, pelo direito natural moderno, pela doutrina da tolerância ou ainda pelo cosmopolitismo de Las Casas e António Vieira). Ao contrário desta linhagem, para o novo internacionalismo de fundamento televisivo já não há boas causas, só vítimas de causas más, nas palavras de Ignatieff (*ibidem*: 23). Com efeito, o internacionalismo em que se fundamenta a ética pós-positivista é essencialmente negativo (“repousa menos na esperança do que no medo, menos no optimismo acerca da capacidade humana de fazer o bem do que na consciência da capacidade humana para fazer o mal”, *ibidem*: 18). A sua nova espacialidade (mundial) e o seu novo objecto (a espécie humana) são a expressão de uma ética de solidariedade com as vítimas, despidas de vínculos identitários individualizadores e, portanto, elas próprias sem referentes privilegiados.

Ora, como o mesmo Ignatieff sublinha, esta ética da vitimização supõe vítimas sem mácula, realidade inverosímil nos conflitos do nosso tempo, em que a indistinção entre combatentes e civis e entre inocentes e culpados é marcante. A fronteira entre filantropia e misantropia é, pois, extremamente ténue no internacionalismo televisivo. E essa fragilidade é potenciada pelo efeito de banalização e de efemerização que a imagem televisiva imprime à sua narrativa. Cito de novo Ignatieff: “as notícias são um género, tanto como a ficção ou o drama (...). Muitas das convenções do noticiário televisivo são retiradas dos jornais e da rádio: que as notícias nacionais são mais importantes que as internacionais; que o noticiário incide sobre o que aconteceu no país e no mundo durante um dia; que as notícias de ontem — a fome de ontem — já não são notícia; que algumas notícias têm que ser boas (...). A estas convenções, a televisão acrescentou duas específicas: que uma notícia para ser notícia tem que ser visual e que deve caber em formatos de 15, 30 e 60 minutos” (*ibidem*: 26).

O imperativo da visibilização introduz um factor de perversão nesta ética da vitimização que alguns conflitos mais recentes têm posto em evidência. A cumplicidade com as vítimas estimula a exibição das vítimas, senão

mesmo o forjar de vítimas. Exibição em *prime time*, claro. Nunca a expressão “teatro de operações” terá sido tão apropriada como cenário de um qualquer conflito internacional: com efeito, o combate entre os litigantes passou a ter como elemento crucial a luta pela cobertura noticiosa em período de audiência máxima.

Em síntese, a ética internacionalista suposta num conceito pós-positivista de segurança revela-se prisioneira das suas mediações televisivas e das respectivas leis da emotividade e da fidelização de audiências.

b) A guerra virtual: a revolução nos assuntos militares

O fim da guerra fria abriu caminho a uma outra faceta do debate ético sobre as questões da segurança internacional. Ela sintetiza-se na seguinte pergunta: “Se a guerra se tornou irreal para os cidadãos das democracias modernas, preocupar-se-ão eles em limitar e controlar a violência que é exercida em seu nome?” (Ignatieff, 2000: 4). A ética internacionalista transportada no conceito pós-positivista de segurança e a caução de justiça por ela lançada sobre as intervenções de força feitas em seu nome chocam flagrantemente com a gritante assimetria de poderes no plano militar. Na verdade, essa assimetria, hoje maior do que nunca, articula-se, de forma perversa, com a cultura de aversão selectiva ao risco nos países centrais, legitimando uma das perguntas mais inquietantes no nosso tempo: “se um dos lados num conflito futuro está protegido contra a realidade da guerra e das suas consequências, porque razão se há-de continuar a guiar por uma lógica de restrição?” (*ibidem*: 163).

O discurso da revolução nas questões militares é o percursor deste novo cenário. Andrew Latham (1999) assinala a este propósito que “a guerra do Golfo (...) pode ser considerada como a última revolução nas questões militares, vincando a passagem da guerra total industrializada (simbolizada na Primeira e Segunda Guerra Mundiais) para aquilo a que se vem chamando guerra de precisão, cyber-guerra, guerra informatizada ou guerra da terceira vaga”. E Michael Ignatieff (2000: 169), escrevendo já depois da intervenção da crise do Kosovo, aponta três características principais desta mudança. A primeira é a substituição de uma guerra de proximidade por uma destruição do inimigo à distância, proporcionada pela precisão tecnológica, consumando assim a desertificação dos campos de batalha. A segunda característica é a substituição da destruição física do adversário pela sua destruição informacional: o caos electrónico,

a emissão de vírus informáticos ou a desinformação tornaram-se táticas militares postas em prática pelas novas armas sofisticadas que são as redes de computador ou de telefone, os satélites ou os radares. A terceira e última característica é a perda de nitidez da distinção entre objectivos civis e militares: pretendendo-se cirúrgica, a nova guerra é, no entanto, dirigida contra o sistema nervoso inimigo e isso potencia a inclusão de alvos civis (as estações de televisão ou as centrais de informação, por exemplo).

“A guerra tornou-se assim virtual, não apenas porque parece ter lugar num ecrã mas também porque envolve as sociedades apenas de modo virtual” (Ignatieff, 2000: 191). Em tempo de cultura pós-heróica (Luttwak, 1995), a mobilização para a guerra deixou de ser feita em vista do sacrifício pela pátria no campo de batalha ou em nome de uma honra castrense entretanto revertida em puro funcionalismo profissional. A retórica de substituição do velho patriotismo passou a ser a bondade dos direitos humanos ou a correcção da democracia.

Eis, pois, clarificados os três eixos sobre o que assenta, no nosso tempo, a guerra como correspondência operacional de último grau do conceito multidimensional de segurança: rapidez, superioridade e segurança (Pezarat Correia, 2000). As duas primeiras consubstanciam-se na supremacia esmagadora quer em armamentos (convencionais e estratégicos) quer também em velocidade, alcance e flexibilidade da gestão da informação; a segurança traduz-se aqui no princípio de baixas-zero.

A interrogação ética que este novo ideário suscita é não tanto a que advém da contradição entre baixas-zero para os combatentes e aumento exponencial de baixas para os não combatentes (sob a cosmética dos “efeitos colaterais”), como a da evidência de que a suposta generosidade da ética internacionalista que suporta um conceito multidimensional da segurança está crescentemente associada a um sistemático evitamento de sujeição de forças nacionais a baixas por tais causas, em favor de maciços bombardeamentos aéreos e de mísseis.

Este é, provavelmente, um tempo atravessado por contradições. A aldeia global que nos torna alegadamente próximos de todos os outros e com isso nos obriga a perfilhar perspectivas mais exigentes e completas da segurança, é sustentada por finos fios que a moral mediática torna impiedosamente selectivos e frágeis. Da Aldeia global ao Soweto global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Booth, K. et al. (1995): *International relations theory today*. Londres, Polity Press

Booth, K. (1996): "75 years on: rewriting the subject's past –reinventing its future", in 5. Smith et al. (org.): *International theory: positivism and beyond*. Cambridge, Cambridge University Press

Buzan, B. (1991): *People, states and fear. An agenda for international security studies in the post cold-war era*. Boulder, Co., Lynne Rienner

Cox, R. (1981): "Social forces, states and world orders: beyond international relations theory", *Millenium*, 10 (2), 126-155.

Fisas, V. (1998): *Cultura de paz y gestión de conflictos*. Barcelona / Paris, Icaria / Unesco

Frost, M. (1996): *Ethics in international relations. A constitutive theory*. Cambridge, Cambridge University Press

Ignatieff, M. (1999): *The warrior's honor. Ethnic war and the modern conscience*. Londres, Chatto and Windus

Ignatieff, M. (2000): *Virtual war. Kosovo and beyond*. Londres, Chatto and Windus

Keohane, R. (1986): *Neorealism and its critics*. N. York, Columbia University Press

Klare, M. (1996): "Redefining security: the new global scisms", *Current History*, 95 (604), 353-358

Krause, K. e Williams, M. C. (1997): *Critical security studies*. Minneapolis, University of Minnesota Press

Latham, A. (1999): "Re-imagining warfare: the "Revolution in Military Affairs", in *Contemporary security and strategy*. Londres, MacMillan Press

Luttwak, E. (1995): "Towards post-heroic warfare", *Foreign Affairs*, 74 (3)

Pezarat Correia, P. (2000): *Geopolítica e geoestratégia. Dossier de apoio bibliográfico*. Coimbra, Faculdade de Economia

Pureza, J. M. (1999): “O príncipe e o pobre. O estudo das Relações Internacionais entre a tradição e a reinvenção”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52-53, 363-376

Smith, J. et al. (1996): *International theory: positivism and beyond*. Cambridge, Cambridge University Press

Sousa Santos, B. (2000): *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto, Afrontamento

Terriff, T. et al. (1999): *Security studies today*. Cambridge, Polity Press